

O Movimento Pelos Direitos Civis nos Estados Unidos Através da Música Folclórica (1945-1960)

Mariana Oliveira Arantes

Resumo: A presente comunicação objetiva analisar as relações dos atores sociais envolvidos na criação e divulgação do repertório folclórico estadunidense com o Movimento pelos Direitos Civis no país, no período de 1945 a 1960. Após a emergência dos Estados Unidos como a nação hegemônica entre os países do Ocidente, com o fim da Segunda Grande Guerra, o Movimento pelos Direitos Civis tornou-se evidente nos espaços públicos e meios de comunicação. Apesar do discurso democrático propagado, internamente, a democracia mostrava-se restrita em uma sociedade marcada pela segregação racial e demais formas de desigualdade. Tal cenário social foi objeto de diversas canções de compositores atrelados ao repertório folclórico nacional, que expressaram em suas produções um posicionamento político marcado por aproximações às lutas por igualdade e direitos civis de determinados grupos sociais, como os afro americanos. Por meio de apresentações ao vivo, gravações e publicações, tais artistas inseriram-se nas discussões raciais e trabalhistas que marcaram a sociedade estadunidense no período. Como documentação para a pesquisa utilizamos os exemplares de duas revistas dedicadas a difundir as canções e intérpretes da *Folk Music: People's Song e Sing Out!*; publicados entre os anos de 1945 e 1960, bem como um *corpus* documental sonoro, composto por discos lançados pelo selo discográfico *FolkWays*. Atualmente há uma variedade de autores que apontam a importância e especificidade da utilização de revistas para a pesquisa histórica, como a historiadora Regina Crespo ou a argentina Beatriz Sarlo, que afirma que fundar uma revista é fazer política cultural, assim, elas seriam “instrumentos da batalha cultural”. Desta maneira, faz-se importante para nossa pesquisa analisar os grupos sociais envolvidos na criação e desenvolvimento das revistas estudadas, ou seja, analisar as redes de sociabilidade traçadas ao redor de *People's Song e Sing Out!* por meio de um estudo de seu editorial. Como explicita o francês Jean-François Sirinelli em seu texto *Os Intelectuais*, publicado na coletânea *Por Uma História Política*, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora se constitui um espaço no qual os laços do meio intelectual se atam. Ao considerarmos os grupos envolvidos no editorial das revistas como intelectuais, temos em vista a ampla definição de intelectual proposta por Sirinelli, qual seja: o intelectual visto numa acepção ampla e sociocultural que engloba os criadores e os “mediadores” culturais. Particularmente esta idéia de intelectual como criador e mediador cultural é importante para nossa pesquisa, bem como as acepções do autor acerca da importância do estudo das estruturas elementares de sociabilidade dos intelectuais. O estudo das relações entre História e Música remete-nos à necessidade de utilizar procedimentos metodológicos específicos, desenvolvidos por historiadores como Marcos Napolitano e José Geraldo Vinci de Moraes. Partindo de tais referenciais teóricos e metodológicos pudemos perceber o quanto intérpretes e compositores folclóricos contribuíram para a consolidação dos direitos civis nos Estados Unidos no período estudado. Palavras-Chave: Direitos Civis; Estados Unidos; Música Folclórica.

A presente comunicação tem por objetivo analisar as relações entre os atores sociais envolvidos no desenvolvimento do repertório folclórico e no Movimento Pelos Direitos Civis nos Estados Unidos, no período de 1945 a 1960. Tal objetivo torna-se significativo para a compreensão das transformações pelas quais passa a sociedade estadunidense no período pós - Segunda Grande Guerra.

Uma primeira questão que se impõe trata da definição do repertório folclórico estadunidense. Os trabalhos sobre música folclórica no país deixam a pergunta “O que é *Folk Music*?” com uma resposta pouco esclarecedora. Uma das dificuldades para uma possível definição é a grande variedade de gêneros musicais que o termo abrange, desde gêneros marcadamente rurais como o *country* e o *blues*, até gêneros desenvolvidos no meio urbano, como o *R&B*.

A fim de compreendermos a constituição deste repertório folclórico faremos uma digressão à história musical do país.

Desde a segunda metade do século XIX, a canção folclórica é um componente importante da cultura de determinados segmentos sociais estadunidenses e era composta tanto por tradições afro-americanas quanto dos imigrantes europeus. A tradição musical afro-americana do sul, por exemplo, servia como forma de identificação deste grupo social, sendo uma maneira de expressar a história de seu sofrimento e opressão; o blues nasceu das canções de trabalho, das canções religiosas e das danças afro-americanas.

Juntas, as canções *spirituals*, os *blues* afro-americanos e o *country* dos brancos foram as principais referências estéticas para a música folclórica desenvolvida ao longo do século XX.

No início do século, com a crescente modernização do país marcada pela intensa urbanização e uma gradativa migração campo-cidade, muitos setores sociais passaram a ter como objetivo “restaurar” os valores que estavam sendo “corrompidos” pelo incremento da modernização. Muitos folcloristas preocuparam-se em resgatar canções das áreas rurais do país, aumentando, gradualmente, a divulgação deste repertório.

É importante saber que os primeiros artistas que desenvolveram uma atividade profissional ligada à música folclórica, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, eram trabalhadores de distintas áreas, que tocavam e compunham em suas horas vagas. A partir dos anos 1920, acompanhando a prosperidade econômica do país, os novos profissionais passaram a viver da venda das gravações, das aparições ao vivo e das *performances* nas rádios.

Essa crescente popularidade dos artistas ligados à música folclórica tornou-se evidente nos anos 1930 e vários fatores contribuíram para isso. A partir do colapso do mercado de ações em 1929, com a conseqüente crise econômica que os Estados Unidos passaram na década de 30, grandes problemas econômico-sociais afetaram a maioria da população, como o alto índice de desemprego e miséria das camadas baixas da sociedade. Os afro-americanos foram um dos grupos que mais sofreram com a Depressão. Tanto no Sul do país, voltado para o trabalho agrário, quanto no Norte, onde o desemprego destes elevou-se muito acima do nível dos trabalhadores brancos. Como forma de reação alastrou-se a idéia de que os cidadãos deveriam participar de algum grupo ou movimento, ou seja, se compromissar com algo que pudesse amenizar os problemas sociais e econômicos do período.

O grande índice de desemprego, bem como essa “idéia de compromisso”, levaram a um ativismo no movimento trabalhista. Deste modo, uma nova organização de trabalhadores, o Congresso das Organizações Industriais (CIO), foi formada em 1935. Na formação e atividades dessa organização podemos observar uma união de compositores e intérpretes de música folclórica com trabalhadores industriais do aço, automóvel, borracha, mineração e outros setores, uma vez que, juntos, o Partido Comunista dos Estados Unidos e o CIO

organizaram e patrocinaram a publicação de muitos cancioneiros de música folclórica durante os anos 1930.

Também foram criados diversos projetos culturais federais, com o objetivo de promover a variedade da cultura regional e étnica americana. Exemplo dessa atividade foi o envio de fotógrafos, escritores, músicos e folcloristas para documentar a cultura popular, promovido pelo *Federal Arts Project of the Works Progress Association (WPA)*, bem como os projetos da Biblioteca do Congresso Nacional.

Essa promoção de toda tradição cultural nacional, tinha, ainda, o interesse de enfatizar os valores democráticos tradicionais do país, tenha-se em mente que no ano de 1935, com o estabelecimento da Frente Popular, o Fascismo começa a substituir o Capitalismo como o inimigo do Partido Comunista e a luta por “unidade, democracia e paz” torna-se proeminente. Deste modo, havia um anseio de “redescobrir a América como uma idéia e de confrontar a Nação e sua história cultural”¹.

Foi neste período que a música folclórica passou a integrar teses acadêmicas e a atividade de coletar, gravar e difundir a tradição folclórica nacional foi reforçada.

Apesar de durante os anos 30 muitas gravadoras sofrerem intensamente a crise econômica, chegando à falência, o repertório folclórico podia ser ouvido nos filmes de *cowboy*, em apresentações ao vivo e encontrado nos muitos cancioneiros publicados, nos festivais, nas rádios e gravações, feiras do país, exposições de museus e em revistas populares, demonstrando que a década de 30 foi dinâmica para a coleta e disseminação do legado cultural da nação.

Todavia, mesmo com as muitas publicações e intenso interesse em tal repertório, só em 1941 surgiu o primeiro grupo de compositores e intérpretes concentrados em colaborar com os movimentos trabalhistas. O grupo chamava-se *The Almanac Singers* e era formado, inicialmente, por intérpretes muito conhecidos como Pete Seeger, Lee Hays, Millard Lampell e Woody Guthrie.

Seguindo esta tendência, nos anos da Segunda Grande Guerra os intérpretes e compositores apoiaram ativamente a causa democrática, denunciando o fascismo e amparando diversos programas culturais. Todavia, apesar de, individualmente, os artistas intensificarem seu posicionamento de luta às causas sociais, *The Almanac Singers* dispersou-se no ano de 1942, pois os artistas envolveram-se no cenário da guerra – Pete Seeger foi servir ao Exército e Woody Guthrie serviu à Marinha e ao Exército.

Com o fim da guerra, em 1945, continuaram as tendências do período anterior. Sobre o assunto recorreremos às palavras de Ronald Cohen: “Havia certo idealismo após a vitória sobre o fascismo, de que um novo mundo iria emergir, no qual a música folclórica teria um papel vital”².

Vencida a luta contra o fascismo, os comunistas voltaram a ser uma ameaça à democracia estadunidense. Os Estados Unidos viveram, internamente, a chamada “caça às bruxas” ou “macarthismo”³, caracterizado por um anticomunismo, em nome dos valores democráticos.

Durante os anos 1950 os comunistas continuaram a ser vistos como uma ameaça à democracia estadunidense, dificultando a possibilidade de crítica ao governo americano. Neste sentido são esclarecedoras as palavras dos historiadores Robert Divine, T. H. Breen, George Fredrickson, Hall Williams e Randy Roberts no livro *América: Passado e Presente*:

Muito depois da morte de McCarthy, a nação ainda tolerava a exigência de juramentos de lealdade para professores, a proibição de livros considerados esquerdistas nas bibliotecas públicas, e a lista negra de artistas de rádio, televisão e cinema. A liberdade de expressão ficou manietada e a oportunidade de experimentar

novas idéias e processos ficou inibida e perdida enquanto os Estados Unidos se acomodaram no consenso estéril da Guerra Fria⁴.

Não apenas artistas e intelectuais foram perseguidos, mas também muitos sindicalistas.

Sobre a atuação dos sindicalistas no período, ressaltamos que no ano de 1946 foi eleita uma maioria republicana para o Congresso Nacional, fato que interferiu no movimento sindical devido a aprovações de leis anti-sindicalistas como a Lei Taft-Hartley, que proibia táticas específicas dos sindicatos, bem como permitia ao presidente evitar greves.

Faz-se importante destacar que no período da Segunda Grande Guerra muitos afro-americanos migraram para o Norte do país a fim de trabalhar nas fábricas e, apesar da resistência de alguns sindicatos, trabalhadores afro americanos se organizaram em sindicatos majoritariamente composto de brancos. Esta união que se fez possível a partir da iniciativa destes trabalhadores afro americanos contribuiu, posteriormente, para reforçar a luta pelos direitos civis. Como afirma o estudioso em História Americana William Terence Martin Riches em sua obra *The Civil Rights Movement: Struggle and Resistance*:

Isso foi particularmente verdade no caso da United Auto Workers Union que, posteriormente, agiu no sentido de conseguir fundos para organizações como The Southern Christian Leadership Conference (SCLC), The Student Nonviolent Coordinating Committee (SNCC), e The Students for a Democratic Society (SDS)⁵.

Já após 1946 ocorreu uma onda de descontentamento trabalhista; sobre o assunto recorremos mais uma vez às palavras dos autores da obra *América: Passado e Presente*:

A tarefa de reconverter a indústria americana de sua produção de tempo de guerra, de tanques e bombardeiros, para carros e aparelhos domésticos, criou considerável tensão e nervosismo. Os preços e salários causavam a maior preocupação. O Congresso votou em 1946 uma diminuição do controle de preços. Com os soldados regressando e os civis enriquecidos procurando os produtos escassos, os preços subiram 25 por cento em menos de dois anos. Os trabalhadores, acostumados aos salários cheios de horas extraordinárias do tempo de guerra, começaram a querer ganhar mais e trabalhar menos⁶.

A despeito da repressão imposta por leis conservadoras, grupos de trabalhadores reagiram ao desemprego e aos baixos salários com um surto de grandes greves em 1946, demonstrando seu descontentamento frente à situação econômica do país. Entretanto, tal descontentamento foi sendo modificado ao longo dos anos devido às significativas transformações sociais e econômicas que os Estados Unidos passaram, sendo uma das mais importantes a crescente prosperidade do país, acompanhada por sua hegemonia política no Ocidente, conquistada nos anos posteriores ao final da Segunda Grande Guerra.

Os autores do livro *América, Passado e Presente*, afirmam não surpreender que o espírito de reformas que inspirava o Novo Contrato deixasse de florescer nos anos pós-guerra. A prosperidade crescente fez desaparecer o sentimento de desigualdade e a exigência de mudanças, tão comuns na década de 1930. Ansioso por gozar da nova prosperidade depois de anos de desejos e sacrifícios, o povo americano perdeu seu entusiasmo por regulamentações federais e programas de previdência social⁷.

Vindos de períodos de crise anteriores como a Grande Depressão, após 1929, seguida da Segunda Grande Guerra, os trabalhadores urbanos e rurais, após 1945, sentiram-se livres e seguros para gastar suas economias dos anos de crise em produtos como carros e aparelhos domésticos, gerando um grande consumo deste tipo de bem.

Ao mesmo tempo, era necessário modificar a produção industrial dos tempos de guerra, direcionada aos armamentos, para a produção dos produtos de consumo demandados que haviam faltado nos cinco anos antes, como carros, refrigeradores, rádios, ou os novos produtos como secadores e aparelhos televisores, assim, ocorreu um grande desenvolvimento industrial.

Avançados os anos 1950, a sociedade estadunidense passou a gozar de um bem-estar e conforto material proporcionado pela economia em progresso. Uma das áreas de maior crescimento foi a de eletrodomésticos, como o rádio e a televisão. Após a guerra a opinião liberal e radical americana foi levantada, em parte, através do impacto da televisão.

No campo específico da produção musical, novas tecnologias passaram a ser utilizadas, como novos suportes de gravação, que facilitaram a circulação do material musical. O chamado *Long Play* foi lançado nos Estados Unidos no ano de 1948, pela empresa Columbia e passou a circular no país, convivendo com os discos de 78 e 45 rotações por minuto (RPM) como principais mídias para os fonogramas.

Por mais que a censura do período macarthista dificultasse a atuação e divulgação dos intérpretes e canções folclóricas devido sua aproximação de temas sociais, muitas vezes considerados comunistas, sua popularidade aumentou, com a inserção das canções em distintos circuitos comerciais. Um exemplo dessa popularidade é a experiência vivida pelo conjunto The Weavers, formado no final dos anos 1940 por ex-integrantes do Almanac Singers.

Os The Weavers tornaram-se, durante a década de 50, o grupo de maior sucesso comercial da *Folk Music*. Apesar da interrupção da carreira do grupo pelas forças anticomunistas em 1953, o grupo voltou às suas atividades em 1955, após o afastamento do senador McCarthy do governo.

O repertório do grupo integrava canções afro-americanas que insinuavam um compromisso e cooperação com a luta pelos direitos civis, mesmo não expressando explicitamente uma militância política em suas canções.

Este posicionamento dos The Weavers frente à luta pelos direitos civis foi uma característica de grande parte dos intérpretes e compositores de música folclórica a partir do pós-guerra. Neste momento houve uma participação mais efetiva nas lutas pelos direitos civis dos afro-americanos, em grande parte, devido às configurações nacionais após o término da Segunda Grande Guerra. Sobre o assunto recorreremos às palavras do especialista em Estudos Americanos, William T. Martin Riches, em seu livro *The Civil Rights Movement*:

Ironicamente, temendo o poder dos democratas sulistas Franklin Delano Roosevelt relutava em integrar as forças do exército, assim, os Estados Unidos lutaram para destruir um regime racista com um exército segregado. Quinhentos mil afro-americanos lutaram na Europa e no Pacífico nestas unidades segregadas comandadas por oficiais brancos. Furiosos com seu tratamento, os afro-americanos usaram seu patriotismo como uma forma de protestar pela campanha da “Double Victory”, que pregava a vitória sobre os inimigos da democracia, tanto no ultramar quanto nos Estados Unidos⁸.

Assim sendo, depois de 1945, com o retorno das tropas da guerra, a grande migração afro-americana do sul para as cidades do norte continuou e forçou os políticos a reverem suas proposições sobre essa parcela da população, que residia em crescentes guetos urbanos e pressionava cada vez mais por participação na cidadania e direitos iguais. Deste modo os partidos políticos e seus líderes foram forçados a agir. Fazia-se necessário para o Partido Democrata, um partido que tinha sua força entre a classe trabalhadora do Norte, enfrentar as mudanças na sociedade advindas das atitudes dos afro-americanos, que residiam em crescentes guetos urbanos, eram membros de sindicatos e tinham, desde 1936, transferido sua lealdade ao Partido.

A independência da África Negra representada nas Nações Unidas, em Nova York, e o crescimento da ideologia anti-racista internacional colocaram o racismo numa nova perspectiva. O Presidente Truman não via possibilidade de volta ao *New Deal*, os veteranos de guerra eram tratados com generosidade com empréstimos a juros baixos e subsídios

educacionais que contribuíram para expansão do ensino superior e, conseqüentemente, para maior sofisticação cultural, científica e tecnológica.

Os veteranos de guerra voltaram muito mais empenhados em lutar contra o racismo, isso pode ter se dado devido ao maior acesso à educação e à informação através dos meios de comunicação como jornais e rádio. Durante a guerra os afro americanos foram expostos a um novo mundo, eles viram outros lugares, lutaram por seu país e retornaram esperando algo.

Em 1946 o presidente Truman, em uma mensagem ao Congresso Nacional, assegurou que recomendaria leis anti-linchações, aboliria os impostos de votação, protegeria a população nos dias de eleição nos locais onde já existia o direito de voto, integraria as forças armadas, negaria verbas federais a segregacionistas, bem como acabaria com a segregação no transporte interestadual. Ou seja, em seu governo o movimento pelos direitos civis conseguiu algumas vitórias.

Apesar dos avanços, no período de caça às bruxas, muitos comunistas, radicais e ativistas pelos direitos civis foram expulsos dos sindicatos. As lideranças trabalhistas em organizações como a American Federation of Labor (AFL) e a CIO foram conservadoras. Portanto, “com acesso limitado ao movimento trabalhista e praticamente sem poder na política, os afro-americanos voltaram-se ao sistema legal e às ações diretas”⁹.

Embora a Guerra Fria fizesse nascer a questão desagradável da lealdade ao país, ela teve um efeito mais positivo num outro problema social – a negação de direitos civis para os afro americanos. A contradição entre a denúncia da União Soviética por suas violações de direitos civis e o status de segunda classe para afro-americanos começou a despertar a consciência nacional. Lutando externamente contra a tirania comunista, os americanos tinham que encarar a realidade da privação contínua de liberdade para a minoria americana oprimida.

Concordamos com os autores do livro *América, Passado e Presente*, ao afirmarem que os afro americanos se beneficiaram economicamente da Segunda Grande Guerra, mas ainda constituíam um grupo em desvantagem. Os que se haviam transferido para conseguir melhores oportunidades nas cidades do Norte ou do Oeste estavam isolados em bairros segregados e dilapidados, trabalhando em empregos mal pagos, sofrendo de discriminação social e econômica, e sem participar plenamente da prosperidade pós-guerra.

No Sul, as condições eram ainda piores. As leis estaduais forçavam os afro americanos a viver quase totalmente segregados da sociedade branca. Estudavam em escolas separadas e eram rigidamente excluídos de todos os serviços públicos. Tinham que usar banheiros separados nas estações ferroviárias, assentos separados em todas as formas de transporte, e vestiários e bebedouros separados. A segregação era obrigatória em todos os locais de diversão e em hospitais, prisões, manicômios e asilos de velhice¹⁰.

Apesar de haver pressão para acabar com a discriminação e exclusão dos afro americanos antes do século XX, como demonstra a aprovação do primeiro projeto de Lei a favor dos direitos civis no ano de 1866, no qual se afirmava que todos nascidos nos Estados Unidos eram considerados cidadãos com direitos salvaguardados por lei, só após a virada do século podemos falar de um movimento pelos direitos civis, com organizações dedicadas a esta luta.

Desde 1939 a National Association for the Advancement of Colored People – NAACP¹¹ conduzia o Fundo de Defesa Legal, uma ala legal da NAACP, na luta contra o preceito de “Separados mas Iguais”. A organização ganhou diversos casos na Suprema Corte como *Lane v. Wilson* de 1939 (contra uma lei de Oklahoma que restringia o voto negro), *Mitchell v. United States* de 1941 (contra uma lei de Arkansas que proibia negros de dirigir trens), *Morgan v. Virginia* de 1946 (contra uma lei da Virginia que negava à mulheres negras o direito de sentar-se no assento de sua escolha em ônibus interestaduais).

Em janeiro de 1941 foi organizada uma marcha em Washington que ficou conhecida como *March on Washington Movement* que tinha por objetivo pressionar o governo a recusar ofertas de contrato de companhias que discriminavam trabalhadores afro americanos, bem como o fim da segregação no exército. Desde então as forças armadas começaram a aceitar afro americanos, com exceção da aeronáutica.

Em junho de 1941 Roosevelt emitiu a *Executive Order 8802* que estabelecia: “Eu, por meio deste, declaro que a polícia dos Estados Unidos não deve discriminar o emprego de trabalhadores na defesa da indústria ou no governo por causa de raça, crença, cor ou origem nacional”¹². Esta foi a primeira ação significativa por parte de um presidente contra discriminação racial, desde que o presidente Lincoln emitiu a *Emancipation Proclamation* em 1862.

No que toca à segregação na educação a NAACP esteve envolvida nos casos *Sweatt v. Painter*, *McLaurin v. Oklahoma State Regents for Higher Education*, e *Brown v. Board of Education of Topeka* entre outros.

Em relação às ações do movimento nos anos 1950, foram formados diversos grupos oriundos das igrejas e instituições educacionais que se dedicavam a lutar organizando passeatas, pressionando o Congresso Nacional para obterem direito de voto, bem como uma efetiva integração, que começasse em escolas, igrejas e locais públicos em níveis municipais, estaduais e regionais. Algumas dessas organizações foram a Montgomery Improvement Association (MIA), a Alabama Christian Movement for Human Rights (ACMHR), a United Christian Movement Inc (UCMI) de Louisiana e a Southern Christian Leadership Conference (SCLC).

Em 1955, em um segundo caso chamado *Brown v. Board of Education II*, a Suprema Corte declarou que todas as escolas deveriam deixar de separar brancos e afro americanos o mais rápido possível, todavia, as mudanças esperadas não aconteceram rapidamente, com muitas escolas negando a integração.

Os Boicotes dos ônibus em Baton Rouge e em Montgomery também foram ações significativas para essa luta por ações diretas e pelo sistema legal. Em 1953 os afro-americanos de Baton Rouge, na Louisiana, formularam uma petição à Câmara Municipal para modificar a política de funcionamento do transporte público municipal, visando acabar com a segregação nos ônibus. Quando a Câmara deu um parecer favorável à petição, os motoristas dos ônibus decidiram ignorar a decisão e os afro-americanos organizaram um boicote aos ônibus da cidade que só terminou após a revogação da legislação segregacionista do transporte municipal.

Em dezembro de 1955, na cidade de Montgomery, no Alabama, uma costureira negra chamada Rosa Parks, sentou-se nos bancos da frente de um ônibus municipal, local proibido aos afro-americanos pelas leis segregacionistas do estado. Após este ato a mulher foi presa, julgada e condenada. Tais acontecimentos deflagraram uma onda de manifestações de apoio e revolta, além do boicote da população aos transportes urbanos que durou 386 dias, acabando apenas com a revogação da legislação segregacionista nos ônibus de Montgomery.

Segundo o historiador Tim McNeese, em sua obra *The Civil Rights Movement*, o boicote de ônibus em Montgomery serviu como modelo e como um símbolo para outros protestos e futuros passos que os afro americanos dariam para acabar com o Jim Crowism¹³.

Exemplo de capacidade e dedicação das lideranças foi a atuação do reverendo Martin Luther King Jr. que emergiu do boicote de ônibus de Montgomery como uma figura política nacional.

Combinando suas crenças cristãs com os preceitos da resistência sem violência, King liderou muitos protestos de massa contra o que ele acreditava ser uma injustiça moral da sociedade segregada.

Depois do bem-sucedido boicote, em 1957, King, junto com outros apoiadores, incluindo Stanley Levinson e Bayard Rustin, agiram para formar uma nova organização a favor dos direitos civis conhecida como The Southern Christian Leadership Council (SCLC). As metas da organização eram manter acesa a chama da luta pelos direitos civis e ampliar suas ações. Ela representava vários grupos, igrejas e organizações comunitárias, todas necessitadas de uma organização central que pudesse coordenar seus objetivos e esforços individuais.

Em 1963 King escreveu sua famosa “Letter from Birmingham Jail” na qual ele esboçou sua visão sobre justas e injustas leis. Neste mesmo ano, King liderou mais de 200.000 seguidores dos direitos civis em uma marcha em Washington D.C. Em 1965 King liderou um dos maiores protestos do Movimento pelos Direitos Civis quando ele e seus seguidores marcharam de Selma à Montgomery, Alabama, para pressionar o Congresso a aprovar o projeto de lei pelo direito de voto¹⁴.

Um marco do avanço do movimento durante os anos de 1950 foi a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei dos Direitos Civis de 1957 que dava ao Departamento de Justiça o poder de arquivar processos tanto contra leis estaduais como locais ou municipais que fossem prejudiciais aos direitos civis de afro americanos.

Contudo, faltando suporte do Poder Executivo e do Legislativo, a Corte era incapaz, por seu próprio poder, de conseguir o fim da segregação. Nas décadas entre a decisão Brown de 1954 e a disputa da Lei pelos Direitos Civis de 1964, as cortes decidiram caso após caso derrubando leis discriminatórias nos estados do sul, um processo que foi muito lento e tedioso, no qual apenas um por cento dos estudantes sulistas foram inseridos em escolas integradas até 1964.

Como afirma o jornalista Richard L. Wilson, o problema era enorme porque era uma questão de acabar não apenas com um punhado de leis específicas que davam preferência aos brancos, mas toda uma fábrica de leis que protegiam privilégios adquiridos ao longo de anos de discriminação. A Constituição dos Estados Unidos foi projetada para proteger minorias que já tinham proteções legais. Em toda a nação, sulistas brancos tornaram-se uma minoria que usava o sistema legal para manter seus prévios benefícios. Embora a legislação não deva ser retroativa, o sistema legal deveria beneficiar os cidadãos igualmente, ou a legitimidade do sistema legal seria corroída¹⁵.

Apenas com a aprovação da Lei pelos Direitos Civis de 1964 e a Lei de Direito de Voto de 1965 os três poderes do governo nacional começaram a agir no sentido de garantir proteção igualitária. Somente quando estas leis foram aprovadas por uma Administração simpática nos anos de 1960 o país começou a ter um real progresso em torno da eliminação do uso impróprio do poder por governos dos estados sulistas.

Essas lutas em prol dos direitos civis de afro americanos é um tema presente no repertório folclórico estadunidense e fazem parte das reivindicações e atuação política de intérpretes e compositores, sendo expressas por meio de apresentações ao vivo, gravações e publicações. Tal afirmação pode ser evidenciada na atuação destes artistas, por exemplo, por meio de seu envolvimento na criação de revistas que se dedicavam a debater questões sociais e políticas caras ao período.

No ano de 1946 um grupo de compositores e intérpretes fundou uma revista com o objetivo de encontrar novos caminhos para a tradição folclórica americana no período pós-Segunda Grande Guerra. Entre tais compositores encontravam-se Woody Guthrie, Lee Hays,

Burl Ives, Alan Lomax e Pete Seeger. Este último afirmou que sua intenção era unir músicos que mantivessem uma coleção de canções de protesto que pudesse ser utilizada por diversos movimentos relacionados aos distintos grupos de trabalhadores do país.

Tal iniciativa reveste-se de significado no cenário nacional estadunidense por demonstrar que grupos sociais específicos estavam preocupados com os caminhos da tradição folclórica nacional no cenário pós-Segunda Grande Guerra.

Esta revista foi nomeada *People's Song* e era dedicada à divulgação dos intérpretes e canções da *Folk Music*. Os exemplares da revista eram editados por Irwin Silber e continham letras de canções folclóricas, bem como artigos conectando música e ativismo político.

People's Song foi uma organização fundada na cidade de Nova York em 31 de dezembro de 1945 pelo intérprete e compositor Pete Seeger. A organização publicou trimestralmente uma revista no período de 1946 a 1950. Durante os três anos de publicação de *People's Song*, foram editados 36 números sendo que, além da publicação trimestral, foram publicados alguns números com canções consideradas relevantes pelos editores.

Os exemplares do periódico eram pequenas cópias mimeografadas e, inicialmente, havia uma tiragem de 3000 exemplares, com circulação nacional.

O objetivo de Pete Seeger ao criar a revista *People's Song* era reunir histórias, canções e escritos dos cantores membros da organização como Woody Guthrie, Lee Hays, Horace Grenell, Angas "Sis" Cunningham, Burl Ives, Millard Lampell, Alan Lomax, Bess Lomax Hawes, Josh White e Tom Glazer. Tais intérpretes acreditavam que reunidos em uma organização poderiam compartilhar canções, livros e idéias, bem como incentivar as pessoas a receberem sua publicação.

A organização foi expandida para outros lugares além de Nova York e realizou convenções entre os membros de seus distintos escritórios, sendo que a primeira destas foi realizada no ano de 1947, em Chicago.

Após a suspensão de sua publicação, a revista serviu como modelo para posteriores publicações dedicadas à *Folk Music* como *Sing Out!* e *Broadside*.

Após o encerramento de *People's Song* Pete Seeger começou um novo projeto que veio a tornar-se a revista *Sing Out!*. Primeiramente a revista foi publicada na forma de um jornal, em maio de 1950, para, posteriormente, ser publicada como uma revista no período de 1950 até os dias atuais.

Sing Out! publicava artigos escritos por jornalistas *freelances* e pelo time editorial que contava com John Cohen, Israel Young e Pete Seeger.

A revista começou como um panfleto amador de dezesseis páginas, mas esse primeiro exemplar foi uma exceção. No oitavo ano de publicação foi transformada em uma grande e aberta associação com Moses Asch, fundador da gravadora Folkways, tornando-se uma das principais publicações dedicadas à música folclórica nos Estados Unidos, discutindo, entre outros aspectos, a definição de *folk music* e seu papel nas questões sociais do país.

Um dos escritores mais presentes na revista foi Pete Seeger, que foi um dos que mais encorajou a diversidade no repertório *folk*. Como um defensor político da esquerda e um entusiasta coletor do folclore, ele passou sua vida viajando ao redor do país e além, e em cada edição da revista, em sua coluna "Johnny Appleseed Jr.", ele pôde narrar histórias sobre suas descobertas culturais e musicais¹⁶.

Mesmo não sendo autores de artigos em revistas como as descritas, muitos intérpretes de *folk music* foram ativos nas lutas pelas minorias nos anos de 1940 e 1950. Uma expressiva figura foi "Aunt" Molly Jackson, de Kentucky. A intérprete era uma formidável organizadora das lutas dos mineiros do Sul do país, tendo ela mesmo sofrido por sua condição de afro-americana mineira (seu esposo e filho morreram em desastres em minas). Sua principal arma

de luta eram suas canções que falavam de tragédias nas vidas dos trabalhadores das minas e refletiam sobre as injustiças contra as minorias. Molly Jackson descrevia também suas experiências vividas no cárcere, por conta de sua atuação política. Como muitos outros intérpretes a cantora não se filiou a nenhum partido político mas foi militante e considerada uma heroína das lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos.

Outra intérprete militante pelos direitos civis foi Ella May Wiggins, da Gastonia, na Carolina do Norte. As canções interpretadas por Ella May tornaram-se muito populares, mas a mesma não desfrutou desta popularidade por ter sido assassinada no ano de 1929, durante uma greve.

Contudo o maior representante da militância dos intérpretes da Folk Music foi Woody Guthrie, de Oklahoma, que, nos anos de 1960, representava o protótipo de um intérprete/compositor que combinava música folclórica e letras de protesto. Woody viveu uma vida errante, viajando pelo país e, em suas apresentações em rádios locais ao longo dos anos de 1930 e 1940 o cantor discorria sobre políticos corruptos, leis e negócios, defendendo os princípios humanos cristãos e de organizações que lutavam pelos direitos dos trabalhadores, mantendo uma estreita ligação com o Partido Comunista a partir da década de 30. Woody Guthrie faleceu em 1967, vítima de uma doença genética chamada Doença de Huntington, todavia, seu legado chegou às gerações seguintes, inspirando importantes intérpretes de Folk Music como Bob Dylan e Joan Baez.

Durante os anos de 1950, a comercialização e popularização do repertório *folk* aumentou, levantando o questionamento de a audiência estar mais interessada no entretenimento do que na instrução política.

O grupo The Weavers, por exemplo, tinha dificuldade em explicar o sucesso à luz de suas idéias políticas, mas, talvez, suas conquistas tenham encorajado outros músicos *folk* a ampliar seu público.

O historiador Ronald D. Cohen, estudioso da canção folclórica dos Estados Unidos e da Inglaterra, afirma que, na metade da década de 50, existia uma variedade de estilos musicais populares disponíveis em apresentações, gravações, programas de rádio e até mesmo em alguns canais televisivos.

O marco da popularidade da Folk Music no anos de 1950 ocorreu em 1958 com a gravação adaptada de uma canção tradicional dos Apalaches que descrevia o assassinato de uma jovem mulher por um morador das montanhas chamado Tom Dooley. O grupo The Kingston Trio gravou “Tom Dooley” com um arranjo único, que apresentava um tema obscuro como é um assassinato, seguido de castigo e execução. Tal gravação aproximou o público da cultura das montanhas do Sul do país. Como afirma a historiadora Gillian Mitchell:

The Kingston Trio era, assim, um polido, acessível e amigável grupo que representava uma mistura peculiar do exótico e do familiar/popular; e seu tremendo sucesso ajudou a redefinir o lugar do folk music revival na consciência dos americanos do Norte¹⁷.

No final dos anos de 1950 os intérpretes de *Folk Music* conseguiram alargar consideravelmente seu público, apesar das críticas por parte de músicos que acreditavam que comercializar o repertório folclórico ou inovar em aspectos sonoros, era descaracterizar tal repertório. Na verdade os intérpretes *Folk*, no geral, sofreram repreensões por defenderem a causa dos Direitos Civis no país. Um exemplo disso foi o assalto e agressão lançado por homens brancos ao famoso cantor afro americano Nat King Cole durante uma apresentação em 1956, em Birmingham, no palco onde ele tinha se apresentado.

Fatos como este demonstram o quanto o discurso dos artistas alcançavam muitos setores sociais através de sua inserção nos meios de comunicação e contribuíam para a afirmação das lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos.

Referências Bibliográficas

BRADBURY, Malcolm; TEMPERLEY, Howard. (Org). *Introdução aos Estudos*

Americanos. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

COHEN, Ronald D. *The Basics. Folk Music*. Nova York: Routledge, 2006.

DIVINE, Robert A.; BREEN, T. H.; FREDRICKSON, George M. et al. América. *Passado e Presente*. Rio de Janeiro: Nordica, 1992.

RICHEs, William T. Martin. *The Civil Rights Movement. Struggle and Resistance*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

McNEESE, Tim. *The Civil Rights Movement. Striving for Justice*. New York: Chelsea House, 2008.

SALEM PRESS (eds.). *The Civil Rights Movement. Magill's Choice*. Pasadena, California/Hackensack/New Jersey: Salem Press, 2000.

MITCHELL, Gillian. *The North American Folk Music Revival: Nation and Identity in the United States and Canada, 1945-1980*. Burlington: Ashgate, 2007.

¹ BRADBURY, Malcolm; TEMPERLEY, Howard. (Org). *Introdução aos Estudos Americanos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981, p. 300.

² COHEN, Ronald D. *The Basics. Folk Music*. Nova York: Routledge, 2006, p. 79.

³ O termo macarthismo refere-se ao Senador Joseph McCarthy, figura atuante no Comitê de Atividades Anti-Americanas, que perseguia intelectuais, artistas, e outros, acusados de exercerem atividades “nocivas” à sociedade estadunidense. O Senador foi obrigado a encerrar sua carreira política em 1954, após uma repreensão pública do Senado e a conseqüente perda do apoio popular.

⁴ DIVINE, Robert A.; BREEN, T. H.; FREDRICKSON, George M. et al. América. *Passado e Presente*. Rio de Janeiro: Nordica, 1992, p. 642.

⁵ RICHEs, William T. Martin. *The Civil Rights Movement. Struggle and Resistance*. New York: Palgrave Macmillan, 2004, p.10.

⁶ DIVINE, Robert A.; BREEN, T. H.; FREDRICKSON, George M. et al. América. *Passado e Presente*. Rio de Janeiro: Nordica, 1992, p. 633.

⁷ DIVINE, Robert A.; BREEN, T. H.; FREDRICKSON, George M. et al. América. *Passado e Presente*. Rio de Janeiro: Nordica, 1992, p. 636.

⁸ RICHEs, William T. Martin. *The Civil Rights Movement. Struggle and Resistance*. New York: Palgrave Macmillan, 2004, p. 10.

⁹ RICHEs, William T. Martin. *The Civil Rights Movement. Struggle and Resistance*. New York: Palgrave Macmillan, 2004, p. 21.

¹⁰ DIVINE, Robert A.; BREEN, T. H.; FREDRICKSON, George M. et al. América. *Passado e Presente*. Rio de Janeiro: Nordica, 1992, p. 643.

¹¹ Uma das mais importantes organizações dedicadas à luta pelos direitos civis afro americanos, criada por W. E. B. Du Bois em 1909.

¹² McNEESE, Tim. *The Civil Rights Movement. Striving for Justice*. New York: Chelsea House, 2008, p.39.

¹³ A precisa origem do termo “Jim Crow” é desconhecida. No dicionário sobre o movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos publicado pela editora Salem em 2000, afirma-se que o termo refere-se às tentativas no Sul do país de manter os afro americanos em um status social de subordinação em todos os níveis de suas vidas e às limitações de possibilidade de qualquer forma de contato entre pessoas de distintas raças.

¹⁴ DARRYL PAULSON. In: SALEM PRESS (eds.). *The Civil Rights Movement. Magill’s Choice*. Pasadena, California/ Hackensack/New Jersey: Salem Press, 2000, p. 135.

¹⁵ RICHARD L. WILSON. In: SALEM PRESS (eds.). *The Civil Rights Movement. Magill’s Choice*. Pasadena, California/ Hackensack/New Jersey: Salem Press, 2000, p. 119.

¹⁶ MITCHELL, Gillian. *The North American Folk Music Revival: Nation and Identity in the United States and Canada, 1945-1980*. Burlington: Ashgate, 2007, p. 83.

¹⁷ MITCHELL, Gillian. *The North American Folk Music Revival: Nation and Identity in the United States and Canada, 1945-1980*. Burlington: Ashgate, 2007, p. 71.